



Universidade  
ESTADUAL DA PARAÍBA  
Centro de Humanidades

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAIBA  
CENTRO DE HUMANIDADES "OSMAR DE AQUINO"  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DELICENCIATURA EM GEOGRAFIA

Linha de Pesquisa:

Modernização Agrícola: Reorganização Espacial e Relações de Trabalho

## ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, MARI - PB



JEANE GONÇALVES DA CUNHA

ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DO  
ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, MARI - PB

Trabalho de conclusão de curso, produzido na forma de monografia, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Geografia, pela Universidade Estadual da Paraíba – Campus III, orientado pela professora Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira.

Guarabira-PB

Dezembro de 2011

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA SETORIAL DE  
GUARABIRA/UEPB

C972a            Cunha, Jeane Gonçalves da

Análise do processo de formação do assentamento  
Zumbi dos Plamares, Mari-PB / Jeane Gonçalves da  
Cunha. – Guarabira: UEPB, 2011.

38f.: Il. Color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba.

“Orientação Prof. Ms. Alecsandra Pereira da Costa  
Moreira”.

1. Assentamento    2. Reforma Agrária  
3. Movimentos Sociais            I. Título

22.ed. 333.31

ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRODUÇÃO DO  
ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, MARI - PB


Por


JEANE GONÇALVES DA CUNHA

Monografia apresentada à coordenação do curso de Licenciatura Plena  
em Geografia, como cumprimento do trabalho de conclusão de curso.

Monografia aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011, com nota:  
\_\_\_\_\_.

Banca Examinadora:

  
Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Alessandra Pereira da Costa Moreira  
(Professora substituta da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB e do  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba –  
IFPB)

  
Examinadora: Prof.<sup>a</sup> Me. Ednilza Barbosa dos Santos  
(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da  
Paraíba – IFPB)

  
Examinador: Prof. Me. Severino dos Ramos Alves da Silva  
(Professor da Prefeitura Municipal de João Pessoa/PB - PMJP)

Guarabira - PB  
Dezembro de 2011

Aos meus pais, Inês G. da Cunha e José F. da Cunha,  
pelo esforço, incentivo e apoio e, a todos que contribuíram  
para que eu aprendesse a pensar, dedico.

A todos os professores e funcionários da UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – CAMPUS III, especialmente aos que estão ligados ao curso de Geografia, a minha orientadora, professora Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira, a minha família, por todo o apoio, a todos do assentamento Zumbi dos Palmares e a todos os colegas de turma, agradeço.

“A verdadeira viagem de descobrimento não consiste em procurar novas paisagens, e sim em ter novos olhos”.  
(Marcel Proust)

## 043-GEOGRAFIA

TÍTULO: Análise do Processo de Formação e Produção do Assentamento Zumbi dos Palmares, Mari - PB

LINHA DE PESQUISA: Modernização Agrícola: Reorganização espacial e Relações de Trabalho

AUTORA: Jeane Gonçalves da Cunha

ORIENTADORA: Prof<sup>a</sup>. Me. Alecsandra Pereira da Costa Moreira (UEPB; IFPB)

EXAMINADORES: Prof<sup>a</sup>. Edinilza Barbosa dos Santos (IFPB)

Prof. Me. Severino dos Ramos Alves da Silva (PMJP)

## RESUMO

Esta monografia tem como objetivo geral fazer uma leitura do Assentamento Zumbi dos Palmares, localizado no município de Mari-PB, a fim de analisar o desenvolvimento da organização e da produção agrícola no mesmo. Esse município, por sua vez, está inserido na microrregião de Sapé e na Mesorregião da Mata Paraibana. Para tanto, fundamentamo-nos em vários autores, tais como: Moreira e Targino (1997), Chiavenato (2004), Santos (2006), Martins (1981), Moura (1986), Corrêa (2008) e Woortmann (1990). A partir desse referencial teórico optamos por seguir a seguinte estrutura metodológica: realização de uma pesquisa bibliográfica e documental, trabalhos de campo, aplicação de questionários, análise e sistematização dos dados. Procuramos apresentar os elementos que contribuíram para a concentração fundiária no espaço agrário Paraibano e como os movimentos sociais no campo contribuem para uma nova organização social desse cenário. E neste contexto, o assentamento representa a conquista de uma realidade mais justa, do resgate e reconstrução da identidade do camponês, através do trabalho familiar e da implantação da Reforma Agrária no Brasil.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Reforma Agrária. Assentamento Zumbi dos Palmares.



## ABSTRACT

This monograph has as general objective to do a reading of the Assentamento Zumbi of Palmares, located in the municipal district of Marí-PB, in order to analyze the development of the organization and of the agricultural production in the same. That municipal district, for his/her time, it is inserted in the microrregião of Thatch and in Mata Paraibana's Mesorregião. For so much, we based ourselves in several authors, such as: Moreira and Targino (1997), Chiavenato (2004), Santos (2006), Martins (1981), Moura (1986), Corrêa (2008) and Woortmann (1990). to leave of that theoretical referencial we opted to follow the following methodological structure: accomplishment of a bibliographical and documental research, field works, application of questionnaires, analysis and systemization of the data. We tried to present the elements that contributed to the concentration fundiária in the agrarian space Paraibano and as the social movements in the field contribute to a new social organization of that scenery. And in this context, the establishment represents the conquest of a fairer reality, of the rescue and reconstruction of the farmer's identity, through the family work and of the implantation of the Land reform in Brazil.

**Word-key:** Social movements. Land reform. Establishment Zumbi of Palmares.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Áreas em conflitos na Paraíba.....	27
--	----

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – Interior de uma das moradias improvisadas dos acampados.....	23
FIGURA 02 – Área em volta da casa utilizada para horta e criação de alguns animais.....	31
FIGURA 03 – Irrigação por gotejamento.....	33
FIGURA 04 – Visão parcial da agrovila do Assentamento Zumbi dos Palmares.....	35

## LISTA DE MAPAS

Mapa: Localização do Assentamento Zumbi dos Palmares..... 15

## LISTA DE ABREVIATURAS

CPT Comissão Pastoral da Terra

INCRA Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária

MST Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PDA Plano Desenvolvimento do Assentamento

PCB Partido Comunista do Brasil

PNRA Plano Nacional de Reforma Agrária

## SUMÁRIO

Introdução.....	14
CAPÍTULO 1: Assentamento Zumbi dos Palmares no Contexto do Espaço agrário Brasileiro.....	17
1.1 O espaço geográfico como categoria de análise.....	17
CAPÍTULO 2: Os Movimentos Sociais no Campo.....	24
2.1 Conflitos no campo: perdas e ganhos da disputa entre camponeses e latifundiários.....	26
CAPÍTULO 3: Surgimento, organização e produção agrícola no Assentamento Zumbi dos Palmares.....	29
3.1 Surgimento e organização do Assentamento Zumbi do palmares.....	29
3.2. Terra e Camponês.....	33
Considerações Finais.....	36
Referências.....	38
Anexo	

## Introdução

O cenário de luta pela terra no Brasil é marcado desde a chegada dos colonizadores por um processo de exploração e concentração das terras para uma minoria. Fato este que resultou ao longo da história agrária do país em um processo da má distribuição de terras formando uma aristocracia agrária nacional. Mas, essa situação começou a mudar quando os trabalhadores do campo organizaram-se contra os grandes latifundiários, o que gerou uma necessidade de reestruturação da realidade agrária. (MOREIRA, 1997; CHIAVENATO, 2004).

É neste contexto que o Nordeste reflete um processo que teve início com a ocupação e a forma de organização do espaço agrário dessa região. A concentração da estrutura fundiária que se formou exclui as famílias do meio rural e a mão-de-obra utilizada nos engenhos, a princípio o índio, depois o negro, e em seguida, o camponês foram explorados e ficaram distantes de uma condição justa de trabalho. (ANDRADE, 2005).

A ocupação do espaço agrário na Paraíba ocorreu de forma a atender os interesses externos manipulados pelo capitalismo que gerou resultados excludentes e/ou de inclusão perversa, mas os movimentos de resistência e lutas estão lentamente transformando essa concepção. (CHIAVENATO, 2004).

Nesse contexto, esta pesquisa tem como objetivo fazer uma leitura do Assentamento Zumbi dos Palmares. Para tanto, fizemos uma análise do território do Assentamento em questão como um resultado do movimento de luta dos camponeses assentados e como a construção desse novo espaço, constitui condições reais para produzir e imprimir no mesmo à formação de uma sociedade mais justa.

Ele foi escolhido como objeto desse estudo, porque retrata a realidade de um resultado da resistência dos camponeses que constroem dia a dia uma nova configuração naquele espaço e que ocorre por meio do trabalho. E a partir das suas conquistas transformam e criam condições para o desenvolvimento de uma sociedade com mais qualidade de vida.

O referido Assentamento está localizado no município de Mari-PB e este por sua vez, está na Microrregião de Sapé e na Mesorregião da Mata Paraibana. O acesso ao mesmo, no sentido João Pessoa/Guarabira pode ser feito pela BR-230 ou pela PB 073.



Mapa de localização do Assentamento Zumbi dos Palmares. Fonte: PDA do Assentamento Zumbi dos Palmares

Para o embasamento teórico da investigação do tema abordado, buscou-se na teoria algumas noções sobre conceito de espaço para melhor compreender como o mesmo está intrinsecamente relacionado às formas como o homem constrói o mesmo através do seu trabalho.

As mudanças e transformações econômicas e sociais que ocorreram modificaram também os meios de produção do espaço agrário e a partir desse contexto, neste artigo pretendemos mostrar a realidade dos que estão vivendo no Assentamento Zumbi e como contribuem para uma nova organização social através da Reforma Agrária.

A ocupação da Fazenda Cafundó teve início em 04/06/2001, mas só foi consolidado a partir de junho de 2004, quando o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) forneceu a Emissão de Posse definitiva para o Assentamento Zumbi dos Palmares.



O estudo foi realizado a partir de elementos de organizações públicas e dos sujeitos dos movimentos sociais, tais como: as políticas públicas de combate a pobreza no campo, o campesinato, as condições de produção, os movimentos sociais, o processo de comercialização dos produtos agrícolas, a forma de manejo do solo, as práticas agrícolas utilizadas, os recursos hídricos disponíveis no assentamento para irrigação, renda familiar, assistência técnica e cooperativismo, a fim de acompanhar e entender como funciona todo o desenvolvimento da produção agrícola no assentamento.

No presente trabalho fizemos uma análise sobre a forma de organização da produção agrícola e do trabalho dos camponeses do Assentamento Zumbi dos Palmares, utilizando autores como: Moreira e Targino (1997), Chiavenato (2004), Andrade (2005), Santos (2006), Martins (1981), Moura (1986), Corrêa (2008), Woortmann (1990) e Varela (2006).

Debatemos também acerca da ocupação das terras onde está localizado o assentamento, a importância dos movimentos de resistência e das lutas do camponês pela Reforma Agrária. Trabalhamos também a questão da violência contra os assentados e os meios jurídicos de posse da terra para as famílias terem acesso à mesma.

Para verificar a realidade do Assentamento Zumbi dos Palmares, utilizamos os trabalhos de campo. Durante essa fase da pesquisa fizemos observações no local e aplicamos questionários, com a finalidade de levantar informações sobre a infra-estrutura do lugar, a produção, o tamanho das parcelas, dentre outras, que contribuíram para um melhor entendimento do assentamento em questão.

Através do registro fotográfico obtivemos imagens da área em questão para uma melhor compreensão dos fatores estudados no assentamento Zumbi dos Palmares.

Os assuntos abordados nesse trabalho foram divididos em três capítulos. O primeiro capítulo aborda como o Assentamento Zumbi dos Palmares está inserido no contexto do espaço agrário brasileiro. O segundo, que trata dos movimentos sociais no campo e dos conflitos rurais. E, por fim, o terceiro que trata do surgimento e produção agrícola no assentamento Zumbi dos Palmares

## CAPÍTULO 1: Assentamento Zumbidos Palmares no Contexto do Espaço Agrário Brasileiro

Nesse capítulo, apresentaremos os resultados obtidos a partir do levantamento bibliográfico e documental, sobre o espaço geográfico como categoria de análise e sobre o processo de ocupação do espaço agrário brasileiro. Partindo dessa realidade, focamos a caracterização da estrutura fundiária que se formou com o passar dos anos, buscando compreender como a concentração fundiária acabou gerando conflitos entre os proprietários de terras e a massa de camponeses marginalizada pela sociedade.

### 1.1 O Espaço Geográfico como Categoria de Análise

Tendo em vista a importância de basear o nosso trabalho num contexto mais amplo de investigação, faremos uma breve discussão sobre o conceito de espaço como categoria de análise buscando o embasamento teórico para o melhor entendimento sobre a temática do presente estudo. Assim pretende-se buscar suporte em trabalhos de autores que contribuíram para a compreensão e estudo do espaço, levando sempre em consideração a ligação do espaço com o contexto social do tema abordado.

Corrêa (2008, p.16), ao abordar o conceito de espaço geográfico, afirma que a sociedade pode ser estudada a partir de conceitos-chaves, e estes, por sua vez, imprimem várias possibilidades de enfoques para apresentar suas especificidades, ou seja, o estudo do espaço geográfico pode ser visto por diferentes concepções, ele descreve assim:

como ciência social a geografia tem como objeto de estudo a sociedade que, no entanto, é objetivada via cinco conceitos-chave que guardam entre si forte grau de parentesco, pois todos se referem a ação humana modelando a superfície terrestre: paisagem, região, espaço, lugar e território.

O espaço geográfico permite o entendimento da sociedade e suas mudanças, retratando a conexão da mesma com o espaço vivido, sendo assim, o mesmo está interligado com o cotidiano, com as condições reais de vida dos assentados no Assentamento Zumbi dos Palmares.

Segundo Santos (2006, p.16):

é por demais sabido que a principal forma de relação entre o homem e a natureza, ou melhor, entre o homem e o meio, é dada pela técnica. As técnicas são um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz e, ao mesmo tempo, cria espaço.

É através das técnicas utilizadas pela sociedade que o homem modifica a natureza e também produz espaço, mas as técnicas vão mudando ao longo da história e o homem vai imprimindo “marcas” no espaço, o que Santos definiu como rugosidades. Esse termo refere-se à observação da paisagem como elemento visível. Desta maneira, “a técnica é tempo congelado e revela uma história.” (SANTOS, 2006, p. 29).

O espaço transformado pela sociedade adquire características que permitem uma leitura sobre o desenvolvimento de todo o processo histórico que ocorreu na organização de um espaço. Portanto, por meio “das coisas fixadas na paisagem” o homem registra marcas no espaço através do modo de produção. Sendo assim, podemos entender melhor a construção e organização do espaço agrário e também a dinâmica do modo de produção do mesmo.

A origem dos conflitos no campo nos leva ao período da produção do espaço brasileiro, no século XVI, quando predominou a exploração da colônia para suprir a metrópole (Portugal). No sistema de Capitanias Hereditárias, foram distribuídas porções enormes de terras aos donatários e logo depois foram implantadas as Sesmarias e essas tinham como objetivo a produção agrícola, mas, em 1822, ocorreu a suspensão das concessões das terras. As Sesmarias deram origem a grandes latifúndios e com a criação da Lei de Terras de 1850, a terra tornou-se um produto que podia ser comercializado, só seria proprietário quem pudesse pagar.

Logo, a terra passou a ser propriedade privada e muitos ficaram excluídos, ou seja, sem o direito de possuí-la, pois só os grandes proprietários (que já tinham terras) podiam comprar novas terras. As

conjugações desses fatores fizeram com que, desde o começo, existisse uma forte concentração da estrutura fundiária no Brasil. Como afirma Moreira e Targino (1997, p. 49):

a concessão de sesmarias foi suspensa em 17 de Julho de 1822 e em 18 de setembro de 1850 foi aprovada a Lei 601, conhecida como Lei de 1850. Esta lei tinha por pressuposto básico a mercantilização da terra. A partir dela o acesso à terra limitava-se a quem tivesse condições de adquiri-la.

Inserido neste contexto encontra-se o estado da Paraíba, que é fruto desse processo, ou seja, a estrutura fundiária que se formou durante a colonização é o resultado de um processo que ocorreu por meio de diferentes dinâmicas de ocupação e produção que contribuíram para construir a atual configuração espacial. O referido estado foi ocupado, a partir do século XVI pelo colonizador, que causou a subordinação do indígena e a desapropriação do povo nativo que já ocupava o espaço antes de sua chegada a esta terra.

A invasão do espaço paraibano caracterizou-se no litoral com a atividade canavieira, que foi e ainda é o elemento marcante da Mata Paraibana, e foi seguindo para oeste do Estado, ocupando as terras com outras atividades econômicas, como a pecuária e a cotonicultura.

Moreira e Targino (1997) apontam sobre a importância do crescimento da atividade canavieira e a sua relevância para o desenvolvimento de outras atividades no processo de formação do espaço agrário da Paraíba. Vejamos:

a dinâmica da atividade canavieira esteve associada, direta ou indiretamente, a ocupação do Sertão e a do Agreste paraibanos. O desenvolvimento da grande exploração canavieira na Zona da Mata foi responsável pelo surgimento e expansão de uma atividade econômica que se estendeu em direção ao interior e se difundiu povoando o Sertão da Paraíba: a criação de gado. (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 65).

A atividade pecuária foi o elemento marcante para a penetração e o povoamento do Sertão Paraibano. Os rios serviram de guia para adentrar com os bovinos em direção ao interior. Como afirma Moreira (1990, p. 68), “estes caminhos ou trilhas acompanhavam o percurso dos rios que adentravam para o interior”. A facilidade de circulação e a disponibilidade de água condicionaram a

ocupação das margens fluviais e produziram o “povoamento da ribeira”, isto é, a instalação de grandes fazendas de gado ao longo dos mesmos.

A pecuária dividiu espaço com o surgimento e expansão da cultura do algodão que se deu principalmente no Sertão e Agreste, ou seja, a cotonicultura foi a outra atividade econômica em desenvolvimento. E no Agreste a policultura se fez presente. Como afirma Moreira e Targino (1997): “Além do algodão, outras culturas comerciais contribuíram para a afirmação do Agreste como região policultora por excelência. São exemplos: o café, o sisal, a cana, o fumo, entre outras”.

Com o predomínio da cana-de-açúcar, na Zona da Mata, o engenho foi surgindo e marcou a paisagem e as relações de trabalho na Paraíba. Passaram a existir várias formas de exploração das atividades camponesas de cunho não-capitalistas, nas quais os grandes latifundiários continuaram incluindo de forma precária e controlando o camponês. A organização da sociedade era estruturada a partir dos interesses do senhor de engenho, que era dono de grandes extensões de terras e do engenho.

Sobre o sistema dos primeiros moradores nos engenhos, dizem Moreira e Targino (1997, p. 43):

os moradores eram camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitar na propriedade, ocupar um pedaço de terra (os sítios) e nele cultivar uma roça. Em alguns casos, podiam criar animais de pequeno, médio e grandes portes.

As relações que engendraram entre o senhor de engenho e os camponeses foram de subordinação do segundo ao primeiro e mesmo após a abolição da escravatura (1888), os ex-escravos que continuaram na terra do senhor de engenho, também foram explorados. O camponês ainda estava ligado a terra, mas esse elo também nutria um sistema de dependência.

Vejamos algumas relações de trabalho dos camponeses, pois eles:

eram obrigados a prestar serviços gratuitos ao senhor (o cambão), dois ou três dias por semana (moradores de condição ou cambãozeiros), ou a pagar uma renda fundiária em dinheiro, o foro, (moradores foreiros). Muitas vezes, além do foro, eram obrigados também a pagar o cambão. Além do morador de condição, existia também o “morador agregado”

(sistema de trabalho mais antigo que era utilizado pelos grandes proprietários). (MOREIRA e TARGINO, 1997, p. 44).

O afastamento, retirada do direito à terra é um fato que vem de períodos pretéritos no processo histórico brasileiro e que, com o passar dos tempos, gerou uma grande desigualdade social. As ações de resistência conduziram a uma série de conflitos que visavam à permanência do camponês na terra e a democratização do acesso a mesma.

Com as mudanças de compra e venda para aquisição de terras (Lei 601, conhecida como a Lei de Terras) e com o fim da mão-de-obra escrava, iniciou-se um processo de grandes conflitos entre os latifundiários e a massa excluída e/ou incluídas de forma precária.

A abolição da escravatura efetuada em 1888 mudou as condições de trabalho e antes mesmo do declínio desse sistema já havia sido criada a Lei de Terras em 1850, o que não foi por acaso. Como aponta Martins (1981, p. 41):

antevendo o fim da escravatura, que decorreria necessariamente do fim do tráfico negreiro da África para o Brasil, efetivado em 1850 devido a pressões do governo inglês, as classes dominantes tomaram providências de ordem legal para encaminhar o processo de substituição do escravo sem prejuízo para a economia da grande lavoura, principalmente café e cana. Tais medidas se concretizaram na Lei de Terras.

A concentração fundiária passa a fazer parte de um processo regido por mudanças baseadas no capitalo que causou transformações nas relações de trabalho e propriedade da terra. Assim o capitalismo desigual no campo começou a avançar e também reforçou a estrutura desigual.

Nesse contexto, percebemos como reorganizar a estrutura fundiária de forma justa e igualitária é algo difícil e complexo. Neste aspecto, os projetos de assentamentos implementados pelo governo a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que foi apresentado em novembro de 2003, entre outros itens apresenta um novo modelo de Reforma Agrária, viabilizado através de programas comoosnovos assentamentos, integração de produtividade e sustentabilidade, recuperação dos assentamentos, Crédito fundiário, entre outros. Através da Reforma Agrária contribuem para uma transformação da

sociedade democratizando o acesso e posse da terra. (II Plano Nacional de Reforma Agrária).

Porém, na prática as medidas implantadas pelo governo ainda são insuficientes levando em consideração o histórico de exclusão das famílias camponesas no Brasil. Segundo Stedile (2006, p.78):

Em verdade, se está diante de um problema que também é de ordem institucional, ligado a mecanismos jurídicos, políticos e culturais que recentemente se formaram no meio rural, derivados de três processos interligados: a) o alto grau de concentração da propriedade; b) a existência de uma vasta população no campo destituída de terra; e c) a chamada “juridicização” do “problema agrário”, sobretudo a partir da década de 1980. Logo a “questão agrária é estrutural, e não pode ser resolvida apenas com medidas de política agrícola ou social, já que seus efeitos, serão destruídos pela estrutura fundiária defeituosa, mantida preservada.

A Reforma Agrária não atingiu proporções significativas ao ponto de mudar o desenvolvimento econômico ou acabar com os latifúndios, pois existem inúmeras questões a serem consideradas e debatidas para que o cenário de alteração da estrutura fundiária seja de fato eficaz.

Na prática ainda existem muitas dificuldades para as famílias terem o acesso e a posse da terra. No Assentamento Zumbi dos Palmares ainda estão acampadas 16 famílias que aguardam, morando em barracas de lona ou outros tipos de moradia improvisada, sem infra-estrutura adequada, com crianças, sem nenhuma estabilidade garantida, que o INCRA libere terras para que elas também possam começar um processo mais digno de moradia, trabalho e vida.

Essas famílias que estão acampadas dentro do assentamento são grupos que chegaram ao ano de 2003, depois que o INCRA já tinha determinado o número de famílias que seriam destinadas ao assentamento. Os assentados sedem um pedaço da terra dos lotes coletivos para que estes possam plantar e sobreviver ali temporariamente, enquanto aguardam a desapropriação de outras terras improdutivas na redondeza há oito anos. Até o presente momento essas famílias ainda estão aguardando a liberação de novas terras (vide a figura 1).



Figura 1: Interior de uma das moradias improvisadas dos acampados que estão no assentamento Zumbi dos Palmares/ Maio de 2011. Foto: Jeane G. Cunha.

Dessa forma, a luta dos trabalhadores rurais e o processo de resistência são representados pelos movimentos sociais no campo. Assim, em seguida, discutiremos sobre os movimentos camponeses e os conflitos rurais.



## CAPÍTULO 2: Os movimentos Sociais no Campo

A partir de 1950 começaram no Brasil, a se organizarem politicamente os movimentos sociais, mas existiram até os anos de 1940 outras formas de resistência camponesa, como por exemplo, Guerra de Canudos que ocorreu no interior da Bahia e no sertão do Contestado, durou de 1896 a 1897, Contestado nos estados do Paraná e de Santa Catarina, entre 1912 a 1916, o Cangaço surgiu no Nordeste brasileiro e germinou por volta de 1870 e durou até 1940. “Entre o fim dos anos 40 e o golpe de Estado de 1964 foram vários os movimentos camponeses que surgiram nas diferentes regiões do país” (MARTINS, 1981, p. 67).

Entre esses movimentos surgiram em 1955, especificamente nos estados de Pernambuco e Paraíba, as Ligas Camponesas que assumiram grandes proporções e representaram a maior luta organizada pelos camponeses, como assegura Martins:

as ligas se espalharam rapidamente pelo Nordeste, contando de início com o apoio do Partido Comunista do Brasil e com severa oposição da Igreja Católica. Elas surgiram e se difundiram principalmente entre foreiros de antigos engenhos que começavam a ser retomados por seus proprietários ausenteistas, devido à valorização do açúcar e a expansão dos canaviais. (MARTINS, 1981, p. 76).

As lutas dos trabalhadores rurais e o processo de resistência foram crescendo cada vez mais, ganhando um caráter político, foram surgindo organizações como os sindicatos rurais e começaram a entrar no cenário do campesinato outras organizações, como o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a Igreja Católica.

O golpe militar implantado a partir de 31 de março de 1964 interrompeu as organizações dos camponeses e o desenvolvimento das reivindicações das Ligas Camponesas que haviam se expandido por todo o país. De acordo com Andrade (2004, p.83):

com a vitória do movimento militar de 1964, várias organizações de trabalhadores foram extintas e seus líderes

aprisionados e perseguidos, mas os sindicatos rurais foram mantidos, embora com a substituição dos dirigentes por militantes que merecessem confiança do novo governo.

Para evitar a revolta por insatisfação dos trabalhadores rurais os militares criaram o Estatuto da Terra que estava vinculado à intenção de tornar menos intensa as manifestações dos camponeses, devido a existência de uma promessa de medidas para implantação da Reforma Agrária.

Na realidade o objetivo do governo militar era por fim as Ligas Camponesas e acabar com as lideranças do movimento que estavam plantando e espalhando a idéia de Reforma Agrária. Como aponta Oliveira (1996, p. 27):

uma das bandeiras do movimento militar de 64 foi a extirpação do movimento das Ligas camponesas e a liquidação do processo de reforma agrária deflagrada no início do ano de 1964 pelo então presidente João Goulart. O movimento militar promoveu verdadeira “caçada” as lideranças das Ligas Camponesas e não tardou que as estatísticas passassem a registrar a morte ou “desaparecimento” dessas lideranças.

O resultado dessa situação foi a estagnação dos movimentos sociais que foram abafados pelo governo militar, sindicatos mantidos sob dirigentes do governo, a estrutura fundiária continuou a mesma, ou seja, o projeto de Reforma Agrária lançado na ditadura militar não foi posto em prática e ainda incentivou a migração dos agricultores para a cidade, gerando o aumento da violência. Segundo Chiavenato (1994, p. 45): “Os primeiros resultados do tal estatuto surgiram no começo da década de 1970: migração em massa para a cidade, provocada pela miséria rural, e o aumento dos conflitos no campo.”

A migração do homem do campo para a cidade também resultou em um impacto entre identidades culturais diferentes, pois o camponês teve que se afastar da sua relação com a terra, dos seus valores. Suas tradições perderam uma parte do significado simbólico que existia quando a família ainda estava ligada a terra. Como afirma Chiavenato (2004, p. 20):

quando o trabalhador é expulso do campo e torna-se migrante, ele não se integra à nova comunidade urbana. Vive na periferia, à margem da sociedade, nas favelas ou nos cortiços, em choque constante com uma cultura que não é a sua.

Mesmo assim, quando o camponês que foi forçado a deixar a sua vida no meio rural, volta a integra-se com a terra nos processos de reassentamentos rurais, surgem inovações na forma de convivência e trabalho com a comunidade e com a terra. Woortmann (1990, p.17) diz: “a tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro.” Os movimentos sociais no campo lutam pela esperança de construir um futuro melhor.

Atualmente, um dos maiores movimentos sociais é o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que é o resultado da resistência e luta de muitos trabalhadores rurais que se organizaram para buscar a implantação da Reforma Agrária. Mas também tem suas sementes plantadas lá atrás através da junção de vários momentos históricos que acabaram contribuindo para a germinação e concretização do MST.

## 2.1 Conflitos no campo: perdas e ganhos da disputa entre camponeses e latifundiários

A concentração fundiária, que ainda é marcante no Brasil, revela o domínio das elites agrárias e a injustiça social que predomina na sociedade. Como vimos anteriormente, a questão de manter os privilégios de uma pequena parcela da população brasileira vem de muito tempo atrás e gerou, e ainda gera, muitos conflitos, os quais são resultados da problemática agrária no referido país. O passado e o presente mostram mortes, torturas, confrontos e a violência contra os que lutam por uma vida mais digna. Assim como mostra Chiavenato (2004, p. 23):

de 1964 a 1994, foram assassinados 1.937 trabalhadores rurais em todo o País. A grande maioria foi morta por pistoleiros, a mando de latifundiários. Outra parte foi executada – é essa a palavra – pela Polícia Militar, com o respaldo legal do poder Judiciário.

Muitos morreram ao longo da caminhada reivindicando e lutando pelo direito de serem ouvidos e vistos por uma sociedade que parece indiferente e não consegue, ou não quer incentivar os primeiros passos para distribuir de

forma eficiente as terras improdutivas a quem precisa trabalhar. Essa luta não pertence apenas ao grupo A ou ao grupo B, ao movimento X ou Y, é uma questão para ser pensada, discutida e resolvida por todos, pois o prejuízo causado pela concentração do espaço agrário aparece em todos os setores tanto do campo, como também os das cidades.

O camponês foi privado do direito a trabalhar na terra e dela retirar seu sustento, fato esse que confirma as desigualdades impostas pelo sistema latifundiário, que estimula a pobreza, a injustiça e a exploração.

A violência contra os trabalhadores e lideranças que lutam para tentar resolver esse problema da má distribuição de terras é uma questão que sempre está presente, na forma de repressão ou confronto direto, para expulsar das terras as famílias que buscam uma distribuição justa da terra.

	<i>2007</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>2010</i>
Nº de Conflitos	24	17	6	9
Famílias envolvidas	2.734	1.105	1.100	916
Área	22.574	7.415	300	8030

Tabela 1: Áreas em conflitos na Paraíba.  
 Fonte: CPT.  
 Organização: Jeane Gonçalves da Cunha.

O número de conflitos rurais entre 2007 e 2010, registrados na Paraíba, segundo dados apontados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), revela uma maior quantidade de lutas sociais no campo no ano de 2007 e que também teve uma maior quantidade de famílias envolvidas nos conflitos, seguidos pela maior área de hectares. Os valores dos anos seguintes foram decrescendo (Nº

de conflitos, de famílias e hectares), menos a soma da quantidade da área do ano de 2010 que seguiu maior que no ano anterior.

Os conflitos rurais representam as ações de resistência e luta pela terra, mas estes conflitos também indicam que esses espaços passam a adquirir uma importância, pois retratam do resultado de uma trajetória que vem junto com um conjunto de dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que fazem parte dos que buscam criar condições para criar e recriar esse espaço conquistado.

Sendo assim, as lutas e conquistas tentam acabar com a injustiça da concentração agrária e democratizar o acesso e a posse da terra. Os movimentos de luta dos trabalhadores rurais e dos camponeses têm influenciado de forma expressiva para mudar a concentração latifundiária do país, pois estão transformando essa estrutura através das conquistas dos Assentamentos de Reforma Agrária.

Nesta perspectiva, no próximo capítulo discutiremos sobre a forma de organização, produção agrícola e trabalho dos camponeses do Assentamento Zumbi dos Palmares.

## CAPÍTULO 3: Surgimento, organização e produção agrícola no Assentamento Zumbi dos Palmares

Neste capítulo faremos uma breve descrição sobre a organização sócio-espacial, sobre os sistemas técnicos agrícolas utilizados e os tipos de produtos que são gerados no Assentamento Zumbi dos Palmares. Neste sentido, o estudo baseia-se nos relatos dos assentados, nos dados dos questionários (vide anexo) que foram aplicados e nas informações fornecidas pelo PDA (Plano de Desenvolvimento do Assentamento) e pelo técnico em Agropecuária do Assentamento, Luciano José Cavalcante.

Este assentamento surgiu a partir da ocupação da Fazenda Cafundó, que foi desapropriada para fins de Reforma Agrária em 19 de Setembro de 2001. Está inscrito sob CNPJ: 07.123/0001.25, e abriga 85 famílias de camponeses, cada uma delas explora uma área de 6.999 hectares.

Os assentamentos rurais são espaços que indicam a conquista da territorialidade do homem do campo e o resgate cultural da sua identidade diante de uma necessidade de reconstruírem condições para projetarem no espaço o resultado do processo de uma conquista, que simboliza naquele espaço a luta e um conjunto de vitórias, mas também as perdas ao longo da história dos camponeses.

Nesta perspectiva, é através do trabalho familiar, da produção e da reprodução, que as representações e ligações com a terra manifestam o resgate da sua identidade e uma nova organização social camponesa.

### 3.1 Surgimento e organização do Assentamento Zumbi dos Palmares

A nova configuração de um espaço pode construir condições necessárias a outra realidade. Assim sendo, o camponês assentado de Reforma Agrária busca organizar e criar um espaço propício para oferecer condições dignas de vida, moradia e trabalho. Nesse sentido, é dada uma nova função e organização ao espaço e surge um conjunto de possibilidades. “Em outras palavras, quando há mudança morfológica, junto aos novos objetos,

criados para atender a novas funções, velhos objetos permanecem e mudam de função.” (SANTOS, 2006, p. 62).

Segundo Luciano José (morador e técnico do assentamento), a Fazenda Cafundó foi ocupada pela primeira vez no dia 04 de junho de 2001, mas a data da Emissão de Posse foi dia 08 de outubro de 2004, ou seja, entre a ocupação e a Emissão de Posse, passaram-se 3 anos e 4 meses.

A criação do projeto de Assentamento de Reforma Agrária passa por um processo burocrático que é composto de várias fases. Existe todo um planejamento para a construção de projetos que irão viabilizar a organização das principais necessidades da nova realidade que será inserida naquele espaço.

A forma de organização do Assentamento Zumbi dos Palmares é de agrovila. Esse formato faz com que os lotes de moradia e as parcelas de produção fiquem separadas, assim, as famílias assentadas moram na mesma área do assentamento o que aumenta o espaço de vivência entre elas e a troca de experiências, mas o local da produção fica distante das casas.

Esta viabilização acontece por meio da elaboração de projetos e documentos que são repassados ao INCRA para que o mesmo possa avaliar, aprovar e liberar o Crédito de Instalação. É o apoio inicial para que as famílias camponesas possam suprir as primeiras necessidades e para a futura execução do projeto, ou seja, acontece à liberação de crédito para instalar a infra-estrutura e começar a produção. Mas aqui não foram levantados todos os pontos para a criação e desenvolvimento de um Assentamento de Reforma Agrária, pois não é este o foco deste trabalho.

Esse período iniciado com o processo de implantação do assentamento são os primeiros passos para produzir um novo espaço, novas formas que serão construídas ali através do trabalho e produção espacial, que foram ganhando um novo sentido na medida em que a luta social se concretizou por meio da inserção e interação do camponês com aquele espaço. Ele o redefiniu através do trabalho cotidiano conquistando, construindo e conseguindo melhorar sua qualidade de vida.

A exploração e organização de cada parcela é feita de forma variada de pastagem e plantio de culturas. Também existem os lotes coletivos que são constituídos por 8 núcleos de famílias.

Com relação as características naturais sabe-se que “o clima é do tipo *Tropical Chuvoso* com verão seco. O período chuvoso começa no outono tendo início em fevereiro e término em outubro. A precipitação média anual é de 1.634.2 mm.” (CPRM, 2005). Essas características interferem nas técnicas utilizadas para a realização do cultivo de produtos agropecuários.

As áreas coletivas são destinadas a produção de 10 a 12 famílias, além da pequena área em volta das casas que é utilizada para o plantio de alimentos para a subsistência dos camponeses, tais como: o cultivo de espécies frutíferas, as hortas e/ou a criação de alguns animais de pequeno porte, a exemplo de: limoeiros, bananeiras, mangueiras, maracujazeiros, mamoeiros, aves, suínos, bovinos entre outras.



Figura 2: Área em volta da casa utilizada para horta e criação de animais. Assentamento Zumbi dos Palmares – PB/ Maio de 2011. Foto: Jeane G. Cunha.

Os tipos de culturas mais freqüentes na produção das famílias, segundo os camponeses, são: milho, feijão, batata doce, inhame, horta e mandioca. No caso do Assentamento Zumbi dos Palmares, o tipo de cultura mais produzida nos lotes é a mandioca, mas a venda do produto ainda é feita, na maioria dos casos, através do atravessador, como relata o Sr. Lucinaldo Pedro (que trabalha em seu lote com a família):



a maior parte do dinheiro fica com o Atravessador, né...eu ganho 18 centavos em 1Kg de mandioca e isso é meio injusto, né? Mas fazer o quê? Eu não tenho como vender a mandioca direto pro comprador.

Em trabalho de campo notamos que a maioria dos agricultores do assentamento ainda utiliza o atravessador para as negociações do excedente da produção e que ainda existe a exploração do trabalho do camponês. A cooperativa ainda não consegue solucionar essa questão da comercialização dos produtos. Na mesma existem atualmente 81 associados com carteirinhas, são feitas reuniões mensais, quinzenais e extraordinárias para discutir questões sobre o Assentamento.

As práticas agrícolas utilizadas são as rotações de culturas e também consociações de culturas, que são culturas trabalhadas de forma conjunta, roça manual e cultivo utilizando um trator. Grande parte da produção é feita de forma artesanal o que resulta em uma situação de produção e produtos que não condizem com o potencial que existe ainda a ser aproveitado no assentamento.

São usados métodos naturais de defensivos para combater as pragas e doenças nas culturas, como por exemplo, a folha da cebolinha, detergente neutro e a folha de Nim, que é usada pelos camponeses.

Quanto aos recursos hídricos o Assentamento conta com um açude de médio porte, com nascentes de água, além das cisternas para captação e armazenamento de água da chuva. No entanto, as cisternas não têm 100% de aproveitamento, apesar da boa distribuição de chuvas durante o ano, muitas famílias não utilizam as cisternas. Muitas utilizam os poços de água perfurados à mão, ou seja, poços artesianos.



Figura 3: Irrigação por gotejamento. Assentamento Zumbi dos Palmares – PB/ Abril de 2011. Foto: Jeane G. Cunha.

O potencial para agricultura irrigada que existe não é totalmente aproveitado por falta de recursos técnicos. Algumas irrigações são feitas por forma de gotejamento, como podemos observar na figura 3, para tal são utilizadas basicamente uma caixa d' água, canos e mangueiras.

O acesso e posse a terra garante ao camponês a base essencial para o trabalho e é através da ligação do trabalho familiar com a produção agrícola que o campesinato expressa uma de suas marcas. Além da força de trabalho familiar, outras características são intrínsecas ao trabalho do camponês, como o preço dos produtos/lucro que são pensados de acordo com o excedente produzido, mas ele busca primeiro atender a necessidade da família, ou seja, o objetivo principal é a subsistência da mesma.

### 3.2 Terra e Camponês: categorias integradas

O assentamento é uma das representações da intensificação de um desenvolvimento social e conquista de um direito a justiça, qualidade de vida e reestruturação do espaço agrário. O camponês recupera a sua dignidade

através da conquista da terra e com o trabalho da família no campo. Como aponta Moura (1986, p. 54):

o trabalho familiar caracteriza o vínculo social do camponês com a terra. Nuclear ou extensa, a família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas, visando à reprodução física e social desse grupo de pessoas.

No Zumbi dos Palmares o trabalho familiar é predominante e está ligado a produção agrícola, criação de animais, relações comerciais e/ou efetivadas além do território do assentamento e é naquele espaço onde ocorrem as redefinições e reproduções da essência do camponês.

O cultivo e a ligação com a terra organizam e determinam a estrutura das vidas das famílias camponesas, no sentido de que sua existência e rotina estão intrinsecamente relacionadas a produção, ao meio rural, a forças simbólicas que fazem parte da interpretação de mundo do homem e da mulher camponeses.

As lutas dos camponeses além de tentar corrigir as injustiças fundiárias, também proporcionam o resgate e redefinição da identidade das famílias assentadas, construindo uma realidade cotidiana através de representações dos valores que preservam a resistência de características que são expressas pelo trabalho e cultivo na terra. Como aponta Woortmann (1990, p. 42):

vê-se, então que o significado da terra é o significado do trabalho e o trabalho é o significado da família, como o é, igualmente, a terra enquanto patrimônio. Mais que o objeto de trabalho, a terra é o espaço da família.

Desse modo, a relação do espaço conquistado e a produção e dinâmica reproduzida no Assentamento desempenham o desenvolvimento da renovação (vide figura 4).



Figura 4: Visão parcial da Agrovila do Assentamento Zumbi dos Palmares/ Maio de 2011. Foto: Jeane G. Cunha.

Essa paisagem ao mesmo tempo representa o novo, a mudança e o resgate da vida, na medida em que, os camponeses suprem suas necessidades e geram uma dialética que é reproduzida na organização espacial dos assentamentos rurais. Na figura 4 podemos notar uma visão parcial decorrente desse processo de reestruturação e resgate. As famílias camponesas que conquistaram uma forma de vida mais digna e justa.

## Considerações Finais

Ao analisar o Assentamento Zumbi dos Palmares observamos a importância da concretização dos projetos de lutas e resistência das famílias que buscam combater as dificuldades individuais e coletivas que foram impostas por um processo histórico de concentração fundiária e marginalização da cultura camponesa.

E ao se organizarem politicamente os movimentos sociais no campo conjuntamente com outros setores conseguiram resultados expressivos para implantação da Reforma Agrária. O Zumbi dos Palmares faz parte de um trabalho coletivo e individual dos que buscam um pouco mais de igualdade social e oportunidade de trabalho por meio do acesso e posse a terra.

Apesar da intervenção do governo, de incentivos com políticas públicas e projetos de apoio a Reforma Agrária ainda existem falhas no processo de reestruturação do homem do campo de volta ao meio rural, de construir e reconstruir as condições para outra realidade, uma nova configuração através do trabalho e reprodução do homem do/no campo.

Verificamos essas falhas em fatores que influenciam no funcionamento e produção no Zumbi dos Palmares, pois ainda existe uma baixa tecnificação, no sentido de condições mais favoráveis a produção, acompanhamento para obtenção de melhores informações que possibilitariam um maior aproveitamento do potencial produtivo que existe no mesmo.

Dessa forma, constatamos que no contexto geral do quadro da desigualdade latifundiária que existe, o Assentamento Zumbi dos Palmares faz parte de um planejamento, organização e concretização de uma idéia de redistribuição e democratização de terras, mas quando partimos de um olhar mais específico sobre o mesmo, constatamos que existem possibilidades para melhorar e superar algumas limitações, como por exemplo, melhor aproveitamento dos recursos para produção, maior acompanhamento técnico, incentivos para utilização do potencial hídrico existente, mais informações para solucionar os problemas relacionados as atividades produtivas.

Portanto, por meio das lutas sociais no campo as famílias conquistam suas terras para trabalharem na agricultura de subsistência e por meio do trabalho familiar, da produção agrícola e das ligações com a terra, o camponês resgata a sua identidade e reconstrói uma nova organização do espaço agrário brasileiro.

## Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. A Questão do Território no Brasil. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

ANDRADE, Manoel Correia de. A Terra e o Homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (org's). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

CELSO, Furtado. Formação Econômica do Brasil. Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHIAVENATO, Júlio José. Violência no campo o latifúndio e a reforma agrária. São Paulo: Moderna, 2004.

FERNANDES, Bernardo Mançano, MST: Formação e Territorialização. Hucitec: São Paulo, 1999.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981.

MOURA, Margarida Maria. Camponeses. São Paulo: Ática (série princípios, 52), 1986.

MOREIRA, Emilia. Processo de ocupação do espaço agrário paraibano. João Pessoa, Texto do IDIHR, nº 24, set. 1990, p. 07.

MOREIRA, Emília e TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Ed. Universitária, 1997.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umberlino. A Geografia das Lutas no Campo. São Paulo: Contexto, 6ª Ed, 1996.

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SPAROVEK, Gerd. A Qualidade dos Assentamentos da Reforma Agrária Brasileira. São Paulo: Páginas e Letras Editora e Gráfica, 2003.

STEDILE, João Pedro (org.). A Questão Agrária no Brasil: A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1990. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VARELA, Francisco. A Questão Agrária Nacional e Assentamentos Rurais na Paraíba. João Pessoa: Idéia, 2006.

WOORTMANN, Klaas. "Com Parente Não se Neguceia": O Campesinato como Ordem Moral. In: Anuário Antropológico/ 87. Editora Universitária de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

II Plano Nacional de Reforma Agrária.

Disponível em:<[http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA\\_2004.pdf](http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/PNRA_2004.pdf)>. Acesso em: 14/11/2011.



ANEXO

Questionário aplicado em campo no Assentamento Zumbi dos Palmares/ Mari – PB, para melhor entendimento do mesmo.

Pesquisadora: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_

Entrevistado (a): \_\_\_\_\_

1. Gostaria de se identificar?

\_\_\_\_\_

1.2. Sexo: Masc. ( ) Fem. ( )

1.3. Naturalidade: \_\_\_\_\_

1.4. Escolaridade: Fundamental Completo ( ) Incompleto ( ) Médio Completo ( )  
Incompleto ( ) Universitário Completo ( ) Incompleto ( )

1.5. Estado civil: Solteiro/a ( ) Casado/a ( ) Companheiro/a ( ) Separado/a ( )  
Viúvo ( )

1.6. Tem filhos/as: Sim ( ) Não ( ). Quantos? \_\_\_\_\_

2. Qual a sua profissão? \_\_\_\_\_

2.1. Possui animais? Caprinos ( ) Bovinos ( ) Ovinos ( ) Aves ( )

2.2. Produz algum gênero de subsistência? Qual?

\_\_\_\_\_

2.3. Participa de alguma associação? Qual? \_\_\_\_\_

2.4. Existe algum atravessador ou o excedente da produção é vendido diretamente?

\_\_\_\_\_

2.5. Quanto tempo você trabalha na sua profissão atual? \_\_\_\_\_

2.6. Qual a renda familiar mensal? Até 1 salário ( ) 2 a 3 salários ( ) 4 ou mais salários  
( )

2.7. Faz parte de algum programa do governo? Qual?

\_\_\_\_\_

2.8. Participa das reuniões da Cooperativa comunitária?

\_\_\_\_\_

2.9. Utiliza algum tipo de agrotóxico? Você acha que ele causa algum tipo de impacto ambiental

---

3. Quais são as práticas agrícolas utilizadas? (Ex: adubação orgânica, rotação de culturas, cultivo mínimo, etc.)

---

3.1. Quais os recursos hídricos disponíveis para irrigação. Quais vocês utiliza?

---

3.2. Você trabalha com defensivo natural?

---

3.3. Existe algum tipo de assistência técnica no assentamento?

---

3.4. Você tem boas condições de vida/qualidade de vida? (saúde, educação, bons relacionamentos sociais)

---